

“Os exageros sexuais da mulher”: patologias femininas em “A Vida Sexual” de Egas Moniz, 1901-1933

ELIZA TEIXEIRA DE TOLEDO*

O estudo histórico das doenças nos possibilita, através de diferentes lentes teórico-metodológicas, ricas abordagens sobre seus elementos constitutivos e as diversas relações socioculturais que as permeiam. Recheadas de significados, as doenças ultrapassam seu caráter biológico, sendo sua compreensão e legitimação construídas socialmente. Assim “a história das doenças é um dos caminhos para se compreender a sociedade: é preciso avaliar a dimensão social da doença, como ela se dá a ver, pois a doença funciona como significante social, é suporte das expressões da sociedade” (SILVEIRA & NASCIMENTO, 2004: 18).

Nesse sentido compreende-se que os discursos médicos sobre as patologias que acometem os corpos dos indivíduos não são “neutros”, mas influenciados pelo meio social e cultura em que são produzidos, ao mesmo tempo em que os influenciam. Para Ludwik Fleck, médico polonês que publica em 1935 “Gênese e desenvolvimento de um fato científico”, o conhecimento científico depende do contexto cultural em que está inserido, não podendo a ciência ser considerada sem sua história (LÖWY, 2012). Tendo como norte essas concepções, o presente estudo pretende debater o discurso médico sobre as patologias sexuais femininas contidas na obra “A Vida Sexual”, do médico português Egas Moniz.

Resultado da dissertação de mestrado do clínico e professor de neurologia, a primeira versão do livro é lançada em 1901, somando 19 edições até 1933, quando sua publicação foi proibida pelo governo do Estado Novo em Portugal¹. O marco temporal supracitado (1901-1933) nos serve aqui de referência para o alcance da obra e seu contexto. Para esse estudo serão utilizadas duas edições: a de 1906, segunda edição onde Moniz comenta repercussões da primeira edição; e a de 1916, onde o autor aborda a psicanálise de Freud e sua contribuição para compreensão e tratamento das psiconeuroses (ambas encontradas em acervos do Brasil).

*Universidade Federal de Minas Gerais, mestranda, bolsista Capes.

¹ Egas Moniz – *Primeiro Centenário (1874-1974)*. Publicação do Museu Nacional da Ciência e da Técnica de Coimbra.

Será priorizado o estudo no tomo “Patologia” das duas edições, não objetivando, no entanto, uma profunda análise comparativa entre elas nesse trabalho.

Partimos da premissa de que a “A Vida Sexual”, cujo texto dirige ampla atenção ao corpo feminino e suas funções sexuais, possui um caráter normativo marcante no trato das patologias sexuais femininas, compreendidas, sobretudo como *excessos* frente a uma funcionalidade *normal*. Antes da análise da obra em questão, e de procurar mapear e compreender nela os elementos que constroem uma imagem de sexualidade feminina sadia a partir de estados patológicos, abordarei brevemente a trajetória desse cientista, cuja obra polêmica e reconhecimento ultrapassaram as fronteiras portuguesas.

Doutor Egas Moniz: Contexto e produção científica médica e discursiva

Antonio Caetano D’Abreu Freire Egas Moniz (1874 – 1955) recebeu o prêmio Nobel de Medicina/Fisiologia em 1949 pela idealização da leucotomia. A partir do entendimento de que lobo frontal seria o centro responsável pela atividade psíquica e comportamental, Moniz concebe essa técnica em 1935, tendo como finalidade a modificação de comportamentos ou eliminação de sintomas psicopatológicos (MASIERO, 2003). Esse procedimento será transformado em lobotomia em 1936 pelo médico Walter Freeman nos Estados Unidos, a partir de algumas modificações na aplicação, mas mantendo o mesmo objetivo terapêutico.

O que vale ressaltar é que esses procedimentos eram amplamente aplicados em pacientes do sexo feminino. Segundo André Luis Masiero em seu estudo sobre a aplicação da leucotomia e lobotomia nos manicômios brasileiros é “Impossível saber quantas cirurgias foram realizadas (...), mas apenas no Juquery, até 1949, foram cerca de setecentas, quase todas em mulheres”² (MASIERO, 2003: 8). Por outro lado, Egas Moniz defende que

são anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e as conveniências sociais, deve

² Esses dados são fruto de pesquisa do autor em relatórios produzidos por médicos que aplicaram a terapia no Hospital Psiquiátrico de Juquery em São Paulo, de 1936 a 1956.

admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática.
(MONIZ, 1916: 332)

Moniz articulará assim concepções de patologia sexual à neurologia, seu lugar de formação acadêmica, a conhecimentos fisiológicos. Legitimado por essa formação, seu discurso faz parte de uma corrente que abrange médicos e cientistas, e que tratará das *anomalias* sexuais femininas a partir da idéia de que “as desordens nos órgãos sexuais genitais poderiam gerar perturbações em toda a economia corporal feminina, causando inclusive problemas mentais” (RODHEN, 2001: 99).

Seu discurso sobre a sexualidade feminina não é, então, um eco isolado na produção médica do período. Pelo contrário, ao abordá-la nos dois tomos de sua obra “A Vida Sexual” – Fisiologia e Patologia – Egas mostra-se herdeiro e contribuinte de uma cultura que procura, através do lugar neutro da medicina, normatizar comportamentos a partir de pressupostos morais que passam pelo corpo e que são considerados inerentes a homens e mulheres, constituídos biologicamente. Esse movimento se dá ao lado da legitimação da própria prática médica, que se consolida ao longo do século XIX como atividade profissional que ganha cada vez mais respaldo como prática, ampliando sua atuação em espaços físicos, tais como casas de saúde e hospitais (MARQUES, 2005: 19).

Segundo Michel Foucault a atividade médica está entre os focos que suscitam uma explosão discursiva sobre o sexo entre os séculos XVIII e XIX. Agindo como controladora social – como a jurisdição penal e instituições de ensino – a medicina visa então filtrar “a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo” (FOUCAULT, 1985: 32). Nesse jogo normativo, onde o sexo é considerado “como um campo de alta fragilidade patológica”, o corpo feminino tem lugar de destaque. Em um processo qualificado pelo autor como “histerização do corpo da mulher”, ele é analisado, qualificado e desqualificado como “integralmente saturado de sexualidade”, posto sob efeito de uma patologia intrínseca (FOUCAULT, 1985: 99). Suscitando os discursos sobre o sexo – e então também sobre o corpo histérico – Foucault destaca na medicina a “doença dos nervos” e a psiquiatria, que procuram nesses discursos elementos sexuais “extravagantes” e outros desvios.

Compreendemos que “a produção do conhecimento médico-científico sobre o corpo feminino no século XIX é inseparável da produção do imaginário sobre a mulher em outros domínios da cultura” (MARTINS, 2004: 122). Categorizar e controlar esse corpo portador de tal patologia intrínseca é também um processo de adequação deste a papéis sociais legitimados como femininos. O casamento e a maternidade aparecem aí como grandes reguladores não apenas da mulher individualmente, mas de sua atuação e lugar na sociedade. Seu corpo, sempre exposto a perturbações sexuais, é considerado um perigo à ordem social e deve ser direcionado para o cumprimento de suas obrigações biológicas e morais.

“A Vida Sexual” e as patologias femininas

É então nesse contexto que Egas Moniz publica, no início do século XX, “A Vida Sexual – Fisiologia”. Um ano após o lançamento do primeiro volume (1901), o médico neurocirurgião publica “A Vida Sexual – Patologia”. Os dois tomos serão logo compilados e publicados juntos nas edições que se seguem até sua suspensão pelo governo de Salazar. O volume de edições, com algumas alterações nas reedições³, nos indica de antemão a circulação e procura desse livro, que para o autor deveria servir a médicos e também ao público leigo. Em umas das reedições encontrada no Brasil, Moniz escreve que

É bem melhor que os que desejam ter conhecimentos precisos sobre questões sexuais os adquiram em livros científicos do que em documentos de uma literatura mórbida e deletéria que nada ensina de positivo e em que se não distinguem os atos convenientes dos prejudiciais. (MONIZ, 1906: XVII)

É importante destacar que o autor ressalta sempre o caráter científico de suas alegações, embasadas por pesquisas de outros cientistas e de casos clínicos, o que fica claro no trecho acima quando contrapõe essa cientificidade à *literatura mórbida e deletéria* que aborda o tema. Ele responde assim a críticas de “pseudo-moralistas” que alegam que sua obra seja uma “propaganda de doutrinas subversivas e inconvenientes”. O médico contesta,

³ Ainda segundo a publicação *Egas Moniz – Primeiro Centenário (1874-1974)*, a obra “A Vida Sexual” foi reeditada com mais ou menos alterações nos anos 1904, 1905, 1906, 1913, 1918, 1922, 1923, 1928, 1930, 1932 e 1933.

declarando: “Não foi o meu propósito, porque o meu trabalho não é de vulgarização e, nem que fosse, haveria nisso inconveniente algum”. (MONIZ, 1906, XI).

Egas pretendia que sua obra fosse conhecida fora dos círculos acadêmicos, encontrando nela um espaço didático para tratar do funcionamento dos órgãos sexuais e seus desvios, achando de suma importância o debate sobre as misérias que segundo ele adoeciam as sociedades modernas. Assim, conclui que

estes assuntos, cujo conhecimento não é inconveniente para os leigos, devem interessar a todos os médicos e especialmente aqueles que privam mais de perto com os assuntos de neurologia e psiquiatria. (MONIZ, 1906: VII)

O autor explicita no prólogo sua aproximação com o campo psiquiátrico e enaltecendo Freud, o “Mestre de Viena” por ter conseguido atrair a contribuição de psicólogos e neuropatologistas para a sua concepção pansexualista. Segundo Sophie Maurissen e Mário Eduardo Costa Pereira, no campo da psicanálise foi Egas Moniz quem primeiro falou de Freud em Portugal (MAURISSEN & PEREIRA, 2012). Na divisão postulada pelo neurologista para o tratamento das patologias sexuais nessa obra, a psiquiatria encontra-se no campo da patologia interna. Egas relaciona claramente desvios sexuais aos neuropsicológicos, e explica

Por vezes entraremos nos francos domínios da psiquiatria, porque tendo os órgãos genitais uma importante relação funcional com todo o sistema nervoso, é frequente o aparecimento das neuroses e psicoses gerais derivadas de doenças sexuais. (MONIZ, 1916: 320)

Utiliza a classificação de Krafft-Ebing⁴ para a designação de neuroses sexuais – divididas em neuroses periféricas, espinhais e cerebrais – e considera por ele as neuroses cerebrais as de maior importância (MONIZ, 1916: 5). Encontram-se aí vários dos exageros

⁴ Psiquiatra alemão (1840-1902) que publica em 1886 a obra *Psychopathia Sexualis*, onde sistematiza a partir de concepções médicas perversões como a sodomia, o masoquismo e o fetichismo. Segundo Mário Eduardo Costa Pereira a obra “tornou-se uma espécie de paradigma da apropriação do erotismo humano pelo discurso médico e positivista a partir do século XIX”. Torna-se diretor da clínica psiquiátrica do Hospital Geral da Universidade de Viena em 1892. (PEREIRA, 2009: 381)

sexuais que atacam os indivíduos, tendo destaque a masturbação, considerado por Moniz um vício deletério. Já no tomo Fisiologia, o médico aborda o tema destacando a função do hímen, posto à entrada dos órgãos sexuais das mulheres para lhes guardar sua virgindade. Algumas delas, no entanto, caem em uma armadilha e se arriscam a serem abandonadas por seus maridos ao provocarem um tal relaxamento do hímen com a “perniciosa prática da masturbação (...) que o pênis pode ser introduzido sem provocar dor nem sangue” (MONIZ, 1916: 54).

Ao abordar outro distúrbio, a “sexualidade exagerada dos velhos”, Egas afirma que “Mulheres que, tendo sido muito assisadas e sexualmente enormes, adquirem, em avançada idade, excitações sexuais exageradas” que geralmente entram no campo das perversões. Uma delas seria a ninfomania, que se manifestava em algumas mulheres na menopausa (MONIZ, 1906: 16). Assim, demasiadamente reprimidas no período reprodutivo, poderiam desenvolver transtornos – *perversões* – no futuro. Ainda segundo Foucault, entre dispositivos utilizados para tratar e ordenar o saber e poder a respeito do sexo, está a *psiquiatrização do prazer perverso*

O instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-la, atribuí-lhe um papel de normalização e patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias. (FOUCAULT, 1985: 100)

A “tecnologia corretiva” para Egas Moniz poderia ser aplicada diretamente nos corpos dos pacientes (como a leucotomia) ou em âmbito social, enfatizando o interesse de seu estudo à medicina-legal (como na atenção dada à prostituição como problema social, que veremos à frente). Mostra-se, por exemplo, abertamente favorável aos preceitos neomalthusianos, que segundo Egas se resumiriam para Malthus na tendência orgânica e virtual da população em aumentar mais rapidamente do que os meios de subsistência (MONIZ, 1916: 251). Reafirma essa posição na segunda e na oitava edição da obra (1906 e 1916, respectivamente), defendendo práticas neomalthusianas se utilizadas a partir de um princípio eugênico

Uma coisa é a divulgação de processos de esterilidade na mulher como remédio à mão de toda a gente para obtenção de fins ilícitos, outra coisa é pregar a

necessidade das práticas neomalthusianas nos casos em que elas se impõe em nome da eugenia, como é de uso agora dizer-se na linguagem médica corrente. Não basta que haja muitos filhos, é preciso que estes representem valores pela sua saúde física e psíquica. Entre os pais terem maus filhos, ou serem infecundos, nós vamos pela segunda hipótese. E é só neste campo restrito e ainda, quando muito, em face do problema da miséria familiar bem evidente, que leva aos mesmos efeitos, que eu defendo a necessidade de práticas neomalthusianas. (MONIZ, 1916: XI)

Nesse trecho, Egas ressalta ainda que, em casos de miséria familiar o efeito da procriação seria compatível à produção de maus filhos, e que nesse caso caberia também a utilização de métodos para esterilização na mulher. É relevante, por outro lado, observar que Egas exemplifica outro excesso feminino citando “damas” que em Roma buscavam satisfação sexual com eunucos para evitar a fecundação, e conclui: “Esta fraude genésica constitui uma verdadeira perversão sexual da parte da mulher que a procura” (MONIZ, 1906: 14). Esse trecho é reeditado na versão de 1916 (MONIZ, 1916: 330).

Considerava então a prática sexual da mulher sem a finalidade reprodutiva uma “perversão”, corroborando com sua afirmação no preâmbulo da mesma edição, quando escreve sobre as relações sexuais: “não pode haver dúvida alguma de que é este o seu fim supremo (*a fecundação*), embora seja licito procurar o prazer sexual, dentro de determinados limites” (MONIZ, 1906: XV). A procura por prazer com aqueles que não representam o ideal masculino e visando a procriação, os ultrapassaria.

É também na falta – pois onde não há desmesura, há ausência – que o neurologista encontra uma outra patologia que acomete as mulheres, a “anestesia sexual”. Cita o caso de uma histérica, que a partir de *confissão* a ele concedida alegava “praticar o coito com seu marido por dever, mas sendo-lhe inteiramente indiferentes semelhantes relações”. Egas conclui que “Estes casos são vulgares e, como diz Krafft-Ebing, muitos homens há que se lastimem dessa frieza da parte das mulheres a que estão ligados” (MONIZ, 1906: 15). No caso citado, que explicita uma situação “vulgar” segundo o médico, a falta de desejo sexual feminino é encarado como um problema para os homens. Nota-se ainda o uso da categoria *confissão* pelo autor, que é definida por Foucault como elemento organizador da *scientia sexualis*, método confessional moldado de forma científica com a intenção de fazer falar o

paciente e que contribui então, sob o estatuto da “ciência”, para o empreendimento de incitação do discurso sobre o sexo a partir do século XIX.

O campo da patologia externa interessaria à medicina legal, e Egas Moniz mostra aí novamente sua tendência de ampliação do discurso médico para âmbito social. Segundo Manuel Correia para Egas “a sociedade podia ser considerada com um organismo enfermo, carente de terapêuticas apropriadas, de uma medicação adequada” (CORREIA, 2005: 22). É nesse sentido que, ao tratar das enfermidades que acometiam as sociedades modernas, citava a prostituição como “um problema médico-social que deve ser estudado como sendo um dos mais importantes fatores da divulgação das doenças venéreas e que mais escandalosamente condena o regime social vigente” (MONIZ, 1906: 12).

Assim define as prostitutas no capítulo “Heterossexualidade mórbida”, tomo Patologia: “Sob o ponto de vista psico-biológico as prostitutas apresentam ainda alguns caracteres, que lhes são comuns e lhes dão uma fisionomia moral que as distingue de outras mulheres. É notável a sua mobilidade de caráter” (MONIZ, 1906: 55). As divide em dois grandes grupos: as prostitutas de baixa intelectualidade e as de constituição neuropática. No segundo grupo estão as prostitutas histéricas e as impudicas.

Entre as histéricas informa que raramente percebe-se a noção de moral e que geralmente começaram precocemente a vida sexual. Em caso citado nota “extraordinária excitação sexual” da paciente analisada por outro médico. Egas qualifica a prostituta impudica como uma louca moral e faz referências a Lombroso e Ferrero, para quem a frigidez sexual da qual são dotadas é para elas uma vantagem, uma adaptação darwiniana, tornando o ato genésico insignificante moral e fisicamente, tido apenas como algo lucrativo (MONIZ, 1916: 369).

Estas são algumas das patologias explicadas em a vida sexual, e apenas parcialmente expostas. A leitura de diferentes edições nos coloca diante de diversas categorizações sobre as doenças relacionadas à vida sexual de homens e mulheres, com destaque aqui ao tratamento dado ao segundo grupo. A esse amplo universo “informativo” é visado também o estudo

comparativo de modificações em alguns conteúdos e discussões do livro que através dos anos possam ter sido feitas, ligadas às mudanças, sociais, políticas e científicas.

Podemos destacar entre essas modificações a ênfase dada à psicanálise de Freud de maneira “pioneira” por Egas (que a aborda na edição de 1916), como no que tange à atribuição de fenômenos da sexualidade na gênese das neuroses, cuja preocupação é recorrente no tomo de patologia (QUEIROZ, 2009: 39). Egas encontra ainda nos conceitos do “Mestre de Viena” subsídios para a sua teoria da sexualidade como suporte primordial da vida.

Esse último ponto deve ser aqui ao menos superficialmente problematizado. Moniz utiliza a categoria “instinto sexual” frente às “pulsões sexuais” – conceito chave da teoria psicanalítica freudiana, que seu autor utiliza para guardar distância da noção de instinto sexual entendido como função vital, de caráter biológico. Para Freud as pulsões regulariam a função sexual no ser humano e, fruto de processos de realidade psíquica, se afastariam de um instinto sexual cujo fim seria pré-determinado. A satisfação dessas pulsões não se encontraria estritamente relacionada ao ato sexual, sendo direcionada a processos de produção cultural, por exemplo (KAUFMANN, 1996: 468). Moniz, no entanto, entende a procriação como fim último da existência de homens e mulheres, e afirma que investigando os fenômenos sexuais das espécies mais rudimentares às mais elevadas verifica-se que “tudo gravita em torno do fulcro de sua perpetuação” (MONIZ, 1916: VII). Vale aqui ainda ressaltar a passagem da obra em que Egas escreve que “a vida conjugal parece conservar e regular o instinto sexual” (MONIZ, 1916: 331). Assim, a vida em família, regulada por uma atividade sexual heterossexual e visando a procriação era estabelecido como padrão regulador da boa sexualidade.

Com relação ao contexto português, entre as duas edições há ainda um episódio que nos permite pensar a situação não estática da mulher no país naquele momento. Em 1911 a médica, mãe e viúva Carolina Beatriz Ângelo reivindica seu direito ao voto, que naquele momento era concedido aos “cidadãos portugueses maiores de 21, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família”. Utilizando a abertura permitida pela palavra “cidadãos” – que poderia abranger homens e mulheres – e sendo chefe de família, Carolina consegue a

permissão do tribunal para votar. O perigo representado por sua participação fez com que no ano seguinte o texto que determinava aqueles que poderiam votar em Portugal especificasse que apenas cidadãos do sexo masculino poderiam fazê-lo (FERREIRA, 1998: 1).

Há então nesse momento uma busca de retenção do avanço da mulher sobre a vida pública e política. Mesmo que a maternidade e a administração do lar lhe rendesse o status de chefe de família, a mulher portuguesa não possuía o direito ao voto.

Análise dos indícios: construção e notoriedade das noções de sexualidade em “A Vida Sexual”

As classificações patológicas são inúmeras dentro da obra “A Vida Sexual”, com casos clínicos pesquisados, referências a diversos autores que trabalharam temas relativos à fisiologia e patologia sexual, antropologia, criminologia, distúrbios neuropáticos. Essas classificações preenchem, além do capítulo sobre heterossexualidade mórbida, os seguintes: Neuroses sexuais, Homossexualidade, Assexualidade e Perversões sexuais.

A leitura detalhada dos aspectos abordados para categorizar o corpo, suas funções e seus desvios nos permite uma ampla compressão sobre o pensamento de seu autor, um médico mais tarde laureado com um prêmio mundialmente reconhecido pelo desenvolvimento de uma psicocirurgia – e não sem controvérsias. Anterior ao recebimento do Nobel, Egas Moniz representava mais que o neurologista, envolvendo-se diretamente na política em Portugal, como na fundação do Partido Centrista em 1917⁵ e desempenhando as funções de Embaixador em Madrid, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência de Versalhes (CORREIA, 2005: 25). Na atuação médica, é com a dissertação “A Vida Sexual – Patologia”, em 1902 que Moniz ingressa como professor na Faculdade de Medicina em Coimbra. Esse clínico e professor possuía influência no meio médico e era também ouvido por políticos, letrados, advogados e não apenas em Portugal.

⁵ O Partido Centrista é fundado “no seio da corrente conservadora e moderada que critica fortemente a gestão do Partido Nacional Republicano”. No programa do partido dá-se atenção à relação burguesia proletariado, que deveriam se aliar em prol da paz social, e ao papel da educação nessa harmonização (CORREIA, 2005, p. 27-28)

Reconhecido no Brasil, onde em 1928 foi recebido em cerimônia solene pela Academia Brasileira de Letras, orientou nesse mesmo ano Antônio Brandão Filho, professor da Clínica Cirúrgica da Faculdade Nacional de Medicina do Brasil, em sua primeira angiografia cerebral. Essa técnica, elaborada por Egas Moniz em 1927, permitia a visualização de artérias cerebrais. Ainda com relação a sua ligação com o Brasil, sabemos ainda que a leucotomia foi largamente realizada em um dos maiores hospitais psiquiátricos da América Latina, o Hospital de Juquery (MASIERO, 2003), e que Egas foi indicado por três médicos brasileiros ao Nobel no ano de 1949⁶.

O número de edições e sua futura proibição pelo Estado Novo português⁷ nos indica a procura por essa obra, cujas polêmicas o autor responde nos prólogos das reedições. Encontrá-las em alguns dos importantes acervos médicos e bibliotecas de medicina do Brasil – entre eles a Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina de São Paulo e Centro de Memória de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – nos sugere sua circulação nos meios médicos do país.

O lugar de destaque de Egas no meio científico e político nos atenta para a importância de concepções por ele defendidas, das quais fazem parte suas noções de normalidade e doença e os elementos por ele considerados patológicos, notadamente em mulheres e a elas vinculando prescrições morais e de comportamento acerca de sua sexualidade. Essas concepções foram base para formulação de tratamentos – como a leucotomia – e tiveram impactos sobre políticas sociais e de saúde, se consideramos a atenção a ele concedida em diversos campos acadêmicos.

A partir da noção de sensualidade, Egas Moniz expõe uma noção para ele intrínseca a homens e mulheres. Os primeiros seriam mais sensuais, sendo “normal” encontrar neles uma

⁶ Na lista de indicação de 1949, Egas Moniz foi indicado por 9 cientistas, sendo 3 deles brasileiros: Ernesto de Sousa Santos (São Paulo), Jayme Regallo Pereira (São Paulo), R. Locchi (São Paulo). Seus nomes constam nos arquivos Nobel, vol. 1948-1949, gr. IV, pp. 43-65 (CORREIA, 2006: 1204).

⁷ Acreditamos que proibição de novas edições da obra “A Vida Sexual” pela ditadura de Salazar seria motivada por seu conteúdo polêmico, e não pelo posicionamento político de seu autor. A atuação de Egas Moniz em outras esferas não é barrada pelo governo, como quando, por exemplo, preside em 1949 o I Congresso Internacional de Psicocirurgia em Lisboa, tendo como secretário Walter Freeman. Ao fim das apresentações de trabalhos do Congresso a delegação brasileira propõe o nome de Egas para o Prêmio Nobel (MARGARIDO, 2005: 88-89).

tendência instintiva à procura por sexo que não se daria da mesma maneira nas mulheres. Dessa forma, se originalmente não se encontra naturalmente nas mulheres o mesmo estímulo à satisfação genésica que seria inerente aos homens, quando essa excitação aparece é entendida no campo da patologia. Se para Egas Moniz esse corpo não é “integralmente saturado de sexualidade”, como define Foucault ao tratar da histerização do corpo feminino, ele está sempre suscetível a exageros de ordem sexual. O que fugia ao modelo de base biológico-moral almejado, considerado o estado natural e sadio – o anseio pela maternidade – era considerado um desvio.

Em seu trabalho “O Normal e o Patológico”, ao trabalhar com percepções de doença a partir dos conceitos normal e anormal, Georges Canguilhem entende que “o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma” (CHANGUILHEM, 1978: 148). O doente não seria, então, anormal por essa ausência, mas por sua incapacidade de ser normativo (CHANGUILHEM, 1978: 148). Notamos que essa incapacidade de normatividade era por Moniz encontrada em mulheres que procuravam relações sexuais fora do período fértil (mulheres na menopausa), não intencionando a gravidez ou fora de relacionamento socialmente almejáveis (como no caso das prostitutas), ou dentro desses relacionamentos, no casamento, mas com indiferença e frieza nas relações sexuais (não visando a satisfação sexual do parceiro). Esses comportamentos são dessa forma patologizados, pois excedem o que seria entendido como a norma sexual feminina: “a mulher é essencialmente mãe” – em contraposição ao homem, que seria “essencialmente sexual” (MONIZ, 1916: 4).

O desvio à norma é encontrado no excesso – ou em seu oposto, na falta. E podemos perceber nosso autor participando de um amplo contexto sociocultural analisado por Thomas Laqueur, que defende que a partir do século XIX os cientistas oferecem mais que dados neutros aos ideólogos, “Emprestam seu prestígio ao empreendimento, descobrindo ou comprovando os aspectos da diferença sexual que haviam sido ignorados” (LAQUEUR, 2001: 192). O modelo dos dois sexos, assim compreendido pelo autor, tem origem com esse empreendimento é uma resposta à ordem social, traçando o que seria útil ao seu bom funcionamento, distinguindo funções que caberiam aos indivíduos a partir de uma base biológica.

Em sua obra, Moniz soma a essa noção da diferença a sua formação neurológica e sua aproximação das teorias psicanalíticas. Mas sua contribuição a esse campo se dá ao mesmo tempo em que assimila tendências do pensamento médico do período, além do compartilhamento de noções morais. Apesar das polêmicas pelo tratamento explícito dado ao sexo, o trabalho é absorvido por médicos, que compreenderam seu discurso e assimilaram o conteúdo dessa obra que foi “um sucesso editorial” (PITA & PEREIRA, 2005: 20). Para Fleck, “Uma legitimação, portanto, somente é possível onde, no fundo, já não é mais necessária, a saber, entre pessoas da mesma constituição mental, que pertencem ao mesmo estilo de pensamento, e com uma formação específica semelhante” (FLECK, 2010: 78).

Egas Moniz, a partir de concepções científicas, dá forma a opiniões compartilhadas por um “estilo de pensamento”. Esse estilo de pensamento ultrapassa as paredes dos laboratórios e dos consultórios, e embasa-se em um discurso social mais amplo, onde o papel da mulher é revisitado e conformado por meio do seu corpo, em suas estruturas biológicas e neurológicas. Predisposta a transtornos de ordem sexual e psíquica (noções que para Egas estão constantemente atreladas), são também passíveis de intervenções corpóreas e morais, em um momento em que é considerada necessária a separação de esferas de atuação femininas e masculinas, e em que o discurso médico contribui de maneira decisiva. Citando alguns dos fatores políticos e sociais europeus levantados por Laqueur – que influenciarão de alguma forma as ideias e comportamento na América – estão as mudanças proclamadas pela Revolução Francesa, o surgimento de novos tipos de espaços públicos e feminismo pós-revolucionário, a reinvenção ao voto feminino.

Esses novos cenários possibilitam novas estratégias de acesso a espaços públicos por parte das mulheres, onde suas reclamações ultrapassam o caráter privado de sua atuação doméstica (PERROT, 1998 : 503-539). Ainda segundo Laqueur o sexo é explicável dentro de um contexto de poder e de gênero, sendo construído social e culturalmente, e que se serviu nesse momento da “biologia de incomensurabilidade entre os dois sexos”, ou seja, da instituição de noções científicas das diferenças biológicas inerentes a homens e mulheres. Contribuindo com essa perspectiva, encontramos Egas Moniz e sua preocupação com excessos sexuais femininos. Seus discursos prescrevem um princípio de anormalidade

corporal e diversas patologias que deveriam ser diagnosticadas e tratadas pela medicina, visando o cumprimento da função sexual feminina sadia: a maternidade.

Bibliografia

ANTUNES, João Lobo. *Egas Moniz – Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva, 2011.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CASCAIS, António F. *De Egas Moniz à engenharia genética: Um questionamento bioético*. In: Sociologia – Problemas e Práticas n.º 9/Março. Lisboa: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1991.

CORREIA, Manuel. *Egas Moniz: o político na sombra do cientista*. In: Vértice n.º 123/Julho-Agosto. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

CORREIA, Manuel. Egas Moniz e a leucotomia pré-frontal: ao largo da polémica *Análise Social*, vol. XLI (181). Lisboa: ICS, 2006.

ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

FAURE, Olivier. O Olhar dos Médicos. In: CORBAIN, Alain (Org.). *História do Corpo – 2. Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, Virgínia. *As mulheres em Portugal: situações e paradoxos*. Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado de Universidade de Coimbra, junho de 1998. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/119.pdf>>. Acessado em 12 jun. 2013.

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LAQUEUR, Thomaz. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LÖWY, Ilana. Fleck em seu tempo, Fleck em nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (Org.). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MARGARIDO, Manuel. *Egas Moniz – Grandes Protagonistas da História de Portugal*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de mulheres no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino – a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 09 set. 2012.

MAURISSEN, Sophie; PEREIRA, Mário Eduardo Costa. O conflito sexual infantil abordado de um ponto de vista psicanalítico por Egas Moniz, o pai da psicocirurgia. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 3, Sept. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142012000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 mar. 2013.

MONIZ, Egas. *A Vida Sexual–Patologia*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Ltda. Editores, 1906.

MONIZ, Egas. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916.

MONIZ, Egas. *Ao Lado da Medicina*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1940.

MONIZ, Egas. A Leucotomia está em causa. In: CARVALHO, Joaquim de (Org.). *Revista Filosófica*, n. 2, maio. Coimbra: Atlântida, 1954.

ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SÁ, Eduardo; ANDREA, Mafalda; SILVA, Raquel Vieira da; SEIXAS, Rita. A Vida Sexual segundo Egas Moniz: Padrões e papéis sexuais na sociedade portuguesa no início do século XX. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A Doença revelando a história – Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Paralelo 15: Brasília, 2004.

PEREIRA, M.E.C. Krafft-Ebing, a *Psychopathia Sexualis* e a criação da noção médica de sadismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, jun. 2009.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Egas Moniz (1874-1955): Traços Biográficos. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

QUEIROZ, Alírio. *A Recepção de Freud em Portugal (1900-1956)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A Medicalização do Corpo Feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

Egas Moniz – Primeiro Centenário (1874 – 1974). Museu Nacional da Ciência e Técnica
Coimbra. Coimbra: Coimbra, 1974.